



# Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo  
Praça Antonio Prado n. 70 – Centro – CEP 14860-000  
Fone: (16) 3943-9400 - Fax (16) 3943-1140  
CNPJ 45.370.087/0001-27

## PROJETO DE LEI Nº. 42/2013.

**Dispõe sobre a abertura de créditos suplementares dá outras providências.**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, na Contadoria Municipal, créditos suplementares no valor de R\$ 1.115.000,00 ( Hum milhão, cento e quinze mil reais ) no orçamento vigente (LOA 2013 – Lei nº. 2.163 de 18/12/2012), classificadas e codificadas sob números:

| Codificação                | Categoria Econômica | Ficha | Valor R\$  | Objeto  | Período        |
|----------------------------|---------------------|-------|------------|---|----------------|
| 02.03.01.12.365.0008.2.008 | 4.4.90.52.00        | 69    | 20.000,00  | Ensino Infantil Equipamentos                              | Exercício 2013 |
| 02.03.03.12.361.0010.2.010 | 4.4.90.52.00        | 83    | 135.000,00 | Ensino Fundamental - Equipamentos                         | Exercício 2013 |
| 02.03.04.12.365.0012.2.012 | 3.1.90.11.00        | 87    | 576.000,00 | Infantil Fundeb 60% - Vencimentos e Vantagens Fixas PC    | Exercício 2013 |
| 02.03.05.12.365.0012.1.018 | 3.1.90.11.00        | 93    | 354.000,00 | Fundamental Fundeb 40% - Vencimentos e Vantagens Fixas PC | Exercício 2013 |
| 02.03.05.12.365.0012.1.018 | 4.4.90.51.00        | 368   | 30.000,00  | Obras e Instalações – Ensino Infantil 40%                 | Exercício 2013 |

|   |                     |
|---|---------------------|
| <b>Valor Total do Crédito Suplementar</b> | <b>1.115.000,00</b> |
|---|---------------------|

**Parágrafo único** - O valor do presente crédito será coberto com recursos provenientes de:

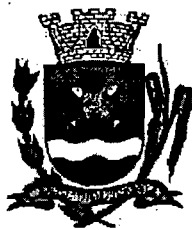
**I -)** excesso de arrecadação a se verificar no presente exercício, nos termos do § 1º, inciso II do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64, no valor de R\$ 960.000,00 ( novecentos e sessenta mil reais ), motivado pela transferência do FUNDEB de acordo com previsão do MEC;

**II -)** da anulação parcial/total de dotação do orçamento vigente classificadas e codificadas sob nºs:

| Codificação                | Categoria Econômica | Ficha | Valor R\$  | Objeto                                 | Período        |
|----------------------------|---------------------|-------|------------|--|----------------|
| 02.03.01.12.365.0008.2.008 | 3.1.90.11.00        | 62    | 20.000,00  | Ensino Infantil Equipamentos           | Exercício 2013 |
| 02.03.03.12.361.0010.2.010 | 3.3.90.30.00        | 75    | 135.000,00 | Ensino Fundamental Material de Consumo | Exercício 2013 |

|                                |                   |
|--------------------------------|-------------------|
| <b>Valor Total da Anulação</b> | <b>155.000,00</b> |
|--------------------------------|-------------------|

**Art. 2º** Para os efeitos do que dispõe o artigo 165, I, II da Constituição Federal, que versa sobre as leis financeiras do Município, fica a Contadoria Municipal autorizada a proceder à inclusão no respectivo projeto e nos anexos da Lei nº. 2.038 de 07/07/2009 que aprovou o PPA 2010\_2013 e a Lei nº. 2.159 de 24/09/2013 que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias relativamente ao exercício de 2013.



# Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo

Praça Antonio Prado n. 70 – Centro – CEP 14860-000

Fone: (16) 3943-9400

- Fax (16) 3943-1140

CNPJ 45.370.087/0001-27

**Art. 3º** Tratando a presente lei de matéria financeira e de cunho autorizativo, suas aplicações, bem como a elaboração dos novos anexos ficam condicionadas à edição de decreto do Executivo, que deverá contemplar as devidas modificações no PPA e na LDO, bem como na peça orçamentária, nos termos do artigo 42 da lei Federal nº. 4320, de 17 de março de 1964, de forma a obedecer, dentro da atual conjuntura, a padronização estabelecida pelo Egrégio Tribunal de contas – Projeto Audesp.

**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

**Art. 5º.** Revogada as disposições em contrário.

Barrinha aos 26 de julho de 2013

  
**MITUO TAKAHASI**  
Prefeito Municipal



# Câmara Municipal de Barrinha

Estado de São Paulo

## ***Parecer conjunto Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento Ref. Projeto de Lei nº 42/2013.***

Encaminhado pelo Ofício nº 037/2013, de 14/03/2013, o Senhor Prefeito Municipal submete à apreciação do Legislativo, o projeto de lei em referência, que Dispõe sobre a abertura de crédito suplementares e dá outras providências.

Cabe-nos examinar a proposta quanto ao aspecto jurídico-constitucional e técnico financeiro nos termos dos artigos 53 e 54 - ambos do Regimento Interno desta Casa, e o fazemos em conjunto, como prevê as normas regimentais.

Do exame, verifica-se que a matéria é de competência privativa do Chefe do Executivo, cabendo este a apresentação de proposições desta natureza, nos exatos termos da Orgânica Municipal.

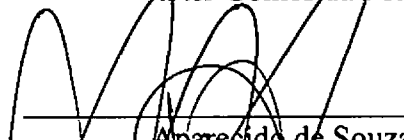
Pelo exposto, entendemos que a matéria em epígrafe está em condições de ser aprovada pelo Egrégio Plenário desta Casa de Leis.

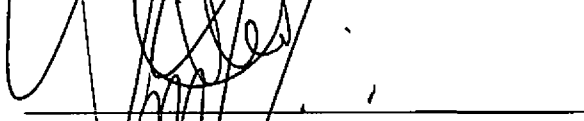
É o nosso parecer, SMJ.

Sala das Comissões, de 26 de agosto de 2013.

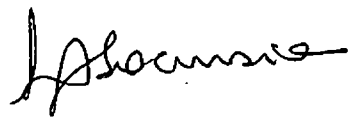
### **Comissão de Justiça e Redação**

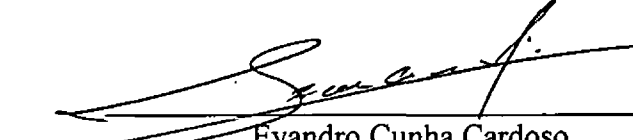
  
\_\_\_\_\_  
Valter Gomes da Fonseca


  
\_\_\_\_\_  
Aparecido de Souza

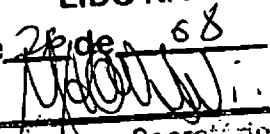
  
\_\_\_\_\_  
Luiz Antônio Rodrigues Carvalheiros

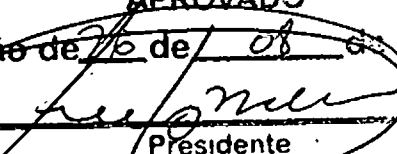
### **Comissão de Finanças e Orçamento**

  
\_\_\_\_\_  
Luzia da Silva Oliveira Cursio

  
\_\_\_\_\_  
Evandro Cunha Cardoso

  
\_\_\_\_\_  
Ronaldo da Silva Alves

**CÂMARA MUNICIPAL DE BARRINHA**  
**LIDO NA SESSÃO**  
de 26 de 08 de 2013  
  
\_\_\_\_\_  
Secretário

**CÂMARA MUNICIPAL DE BARRINHA**  
**APROVADO**  
sessão de 26 de 08 de 2013  
  
\_\_\_\_\_  
Presidente



# Câmara Municipal de Barrinha

Estado de São Paulo

## AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº. 42 /2013.

**Dispõe sobre a abertura de créditos suplementares dá outras providências.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRINHA, ESTADO DE SÃO PAULO, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, na Contadoria Municipal, créditos suplementares no valor de R\$ 1.115.000,00 (Hum milhão, cento e quinze mil reais) no orçamento vigente (LOA 2013 – Lei nº. 2.163 de 18/12/2012), classificadas e codificadas sob números:

| Codificação                | Categoria Econômica | Ficha | Valor R\$  | Objeto  | Período        |
|----------------------------|---------------------|-------|------------|---|----------------|
| 02.03.01.12.365.0008.2.008 | 4.4.90.52.00        | 69    | 20.000,00  | Ensino Infantil Equipamentos                              | Exercício 2013 |
| 02.03.03.12.361.0010.2.010 | 4.4.90.52.00        | 83    | 135.000,00 | Ensino Fundamental - Equipamentos                         | Exercício 2013 |
| 02.03.04.12.365.0012.2.012 | 3.1.90.11.00        | 87    | 576.000,00 | Infantil Fundeb 60% - Vencimentos e Vantagens Fixas PC    | Exercício 2013 |
| 02.03.05.12.365.0012.1.018 | 3.1.90.11.00        | 93    | 354.000,00 | Fundamental Fundeb 40% - Vencimentos e Vantagens Fixas PC | Exercício 2013 |
| 02.03.05.12.365.0012.1.018 | 4.4.90.51.00        | 368   | 30.000,00  | Obras e Instalações – Ensino Infantil 40%                 | Exercício 2013 |

|   |                     |
|---|---------------------|
| <b>Valor Total do Crédito Suplementar</b> | <b>1.115.000,00</b> |
|---|---------------------|

**Parágrafo único** - O valor do presente crédito será coberto com recursos provenientes de:

**I -)** excesso de arrecadação a se verificar no presente exercício, nos termos do § 1º, inciso II do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64, no valor de R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais), motivado pela transferência do FUNDEB de acordo com previsão do MEC;

**II -)** da anulação parcial/total de dotação do orçamento vigente classificadas e codificadas sob nºs:

| Codificação                | Categoria Econômica | Ficha | Valor R\$  | Objeto                                 | Período        |
|----------------------------|---------------------|-------|------------|--|----------------|
| 02.03.01.12.365.0008.2.008 | 3.1.90.11.00        | 62    | 20.000,00  | Ensino Infantil Equipamentos           | Exercício 2013 |
| 02.03.03.12.361.0010.2.010 | 3.3.90.30.00        | 75    | 135.000,00 | Ensino Fundamental Material de Consumo | Exercício 2013 |

|                                |                   |
|--------------------------------|-------------------|
| <b>Valor Total da Anulação</b> | <b>155.000,00</b> |
|--------------------------------|-------------------|

**Art. 2º** Para os efeitos do que dispõe o artigo 165, I, II da Constituição Federal, que versa sobre as leis financeiras do Município, fica a Contadoria Municipal autorizada a pro-



# Câmara Municipal de Barrinha

Estado de São Paulo

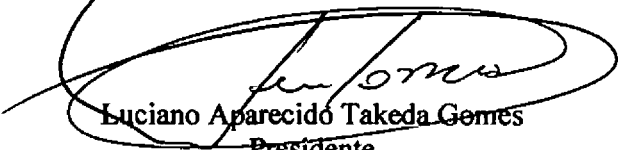
ceder à inclusão no respectivo projeto e nos anexos da Lei nº. 2.038 de 07/07/2009 que aprovou o PPA 2010\_2013 e a Lei nº. 2.159 de 24/09/2013 que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias relativamente ao exercício de 2013.

**Art. 3º** Tratando a presente lei de matéria financeira e de cunho autorizativo, suas aplicações, bem como a elaboração dos novos anexos ficam condicionadas à edição de decreto do Executivo, que deverá contemplar as devidas modificações no PPA e na LDO, bem como na peça orçamentária, nos termos do artigo 42 da lei Federal nº. 4320, de 17 de março de 1964, de forma a obedecer, dentro da atual conjuntura, a padronização estabelecida pelo Egrégio Tribunal de contas – Projeto Audesp.


**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

**Art. 5º.** Revogada as disposições em contrário.

Mesa Diretora Câmara Municipal de Barrinha – SP.



Luciano Aparecido Takeda Gomes  
Presidente



Sant Clair Antônio Marinho Filho  
Vice- Presidente

Magnus William de Castro  
1º Secretário



Ronaldo da Silva Alves  
2º Secretário



# Câmara Municipal de Barrinha

Estado de São Paulo

## PARECER JURÍDICO - Projeto de lei 42/2013

De autoria do Executivo Municipal, dispõe sobre a propositura em referência, *Dispõe sobre a abertura de créditos suplementares e dá outras providências.*

Competência conferida ao Prefeito para iniciativa do presente projeto, nos termos do artigo 67, VI da Lei Orgânica Municipal, em consonância com o artigo 145, IV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Barrinha.

Desta forma, inexistente óbice jurídico ao presente projeto, no entanto, é certo que fica a critério dos nobres vereadores a aprovação ou rejeição do presente projeto de lei.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Barrinha-SP, 05 de agosto de 2013.

Raul César Binhardi  
OAB/SP 243.578  
advogado



# Prefeitura Municipal de Barrinha

Praça Antônio Prado, 70-Fone (016) 3943-9400-Fax (016) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27

**LEI Nº 2.205 DE 29 DE AGOSTO DE 2013.**

**“Dispõe sobre a abertura de créditos suplementares e da outras providências”.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRINHA**, do estado de São Paulo, **MITUO TAKAHASI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas, etc.

Faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE BARRINHA** aprovou e ele sanciona, promulga e publica a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, na Contadoria Municipal, créditos suplementares no valor de R\$ 1.115.000,00 ( Hum milhão, cento e quinze mil reais ) no orçamento vigente (LOA 2013 – Lei nº. 2.163 de 18/12/2012), classificadas e codificadas sob números:

| Codificação                | Categoria Econômica | Ficha | Valor R\$  | Objeto  | Período        |
|----------------------------|---------------------|-------|------------|---|----------------|
| 02.03.01.12.365.0008.2.008 | 4.4.90.52.00        | 69    | 20.000,00  | Ensino Infantil Equipamentos                              | Exercício 2013 |
| 02.03.03.12.361.0010.2.010 | 4.4.90.52.00        | 83    | 135.000,00 | Ensino Fundamental - Equipamentos                         | Exercício 2013 |
| 02.03.04.12.365.0012.2.012 | 3.1.90.11.00        | 87    | 576.000,00 | Infantil Fundeb 60% - Vencimentos e Vantagens Fixas PC    | Exercício 2013 |
| 02.03.05.12.365.0012.1.018 | 3.1.90.11.00        | 93    | 354.000,00 | Fundamental Fundeb 40% - Vencimentos e Vantagens Fixas PC | Exercício 2013 |
| 02.03.05.12.365.0012.1.018 | 4.4.90.51.00        | 368   | 30.000,00  | Obras e Instalações – Ensino Infantil 40%                 | Exercício 2013 |

|   |                     |
|---|---------------------|
| <b>Valor Total do Crédito Suplementar</b> | <b>1.115.000,00</b> |
|---|---------------------|

**Parágrafo único** - O valor do presente crédito será coberto com recursos provenientes de:

**I -)** excesso de arrecadação a se verificar no presente exercício, nos termos do § 1º, inciso II do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64, no valor de R\$ 960.000,00 ( novecentos e sessenta mil reais ), motivado pela transferência do FUNDEB de acordo com previsão do MEC;

**II -)** da anulação parcial/total de dotação do orçamento vigente classificadas e codificadas sob nºs:

| Codificação                | Categoria Econômica | Ficha | Valor R\$  | Objeto                                 | Período        |
|----------------------------|---------------------|-------|------------|--|----------------|
| 02.03.01.12.365.0008.2.008 | 3.1.90.11.00        | 62    | 20.000,00  | Ensino Infantil Equipamentos           | Exercício 2013 |
| 02.03.03.12.361.0010.2.010 | 3.3.90.30.00        | 75    | 135.000,00 | Ensino Fundamental Material de Consumo | Exercício 2013 |

|                                |                   |
|--------------------------------|-------------------|
| <b>Valor Total da Anulação</b> | <b>155.000,00</b> |
|--------------------------------|-------------------|



# Prefeitura Municipal de Barrinha

Praça Antônio Prado, 70-Fone (016) 3943-9400-Fax (016) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27

**Art. 2º** Para os efeitos do que dispõe o artigo 165, I, II da Constituição Federal, que versa sobre as leis financeiras do Município, fica a Contadoria Municipal autorizada a proceder à inclusão no respectivo projeto e nos anexos da Lei nº. 2.038 de 07/07/2009 que aprovou o PPA 2010\_2013 e a Lei nº. 2.159 de 24/09/2013 que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias relativamente ao exercício de 2013.

**Art. 3º** Tratando a presente lei de matéria financeira e de cunho autorizativo, suas aplicações, bem como a elaboração dos novos anexos ficam condicionadas à edição de decreto do Executivo, que deverá contemplar as devidas modificações no PPA e na LDO, bem como na peça orçamentária, nos termos do artigo 42 da lei Federal nº. 4320, de 17 de março de 1964, de forma a obedecer, dentro da atual conjuntura, a padronização estabelecida pelo Egrégio Tribunal de contas – Projeto Audesp.

**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

**Art. 5º.** Revogada as disposições em contrário.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRINHA

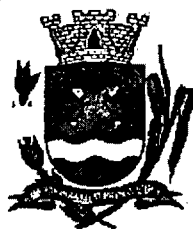
Barrinha - SP, aos 29 de Agosto de 2013.



**MITUO TAKAHASI**  
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e afixado, na Secretaria da Prefeitura Municipal de Barrinha na data supra.





# Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo  
Praça Antonio Prado n. 70 – Centro – CEP 14860-000  
Fone: (16) 3943-9400 - Fax (16) 3943-1140  
CNPJ 45.370.087/0001-27

BARRINHA, 26 DE JULHO DE 2013.

Ofício PL. nº 038 /2013

EXMO. SR.  
LUCIANO APARECIDO TAKEDA  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
BARRINHA - SP

**Senhor Presidente:**

Encaminho a essa Egrégia Edilidade, para a devida apreciação dos Senhores Vereadores, o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a abertura de créditos suplementares e autoriza a contadoria municipal a proceder à devida adequação na Lei que aprovou o Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2010/2013 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício corrente (2013), com ênfase para alterações de projetos e metas financeiras nas atividades.

Observamos que os créditos consignados no artigo 1º desta lei serão cobertos com recursos provenientes da anulação total/parcial de dotações do orçamento vigente para reforço de dotações.

Salientamos, por oportuno, que a presente proposição guarda plena harmonia com o que estatui as normas do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

De outra parte, promovemos alteração na Lei Orçamentária Anual, especificamente no que concerne a possibilidade de suplementação do orçamento através de Decreto do Executivo.

Tratando-se, pois, de proposição que se reveste de urgência, solicitamos que sua tramitação se faça em Regime de Urgência Urgentíssima, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

Renovamos a Vossa Excelência e ilustres pares os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

  
**MITUO TAKAHASI**  
Prefeito Municipal

